

Invasor do Cruzeiro obtém adiamento

GDF ouve advogado das 13 famílias e dá 10 dias para saírem do local

FOTOS: BETH MUNHOZ

Os caminhões apareceram, com funcionários da Novacap e ferramentas especializadas na destruição de favelas. Enquanto isso, as 13 famílias de moradores da invasão da Adepol, no Cruzeiro Velho, ainda se recuperando de um dia de tensão, fome e uma noite passada no chão de seus próprios barracos, preparavam-se para garantir ao menos as sobras da destruição — telhas, madeira e lona.

Mas nem as ferramentas nem os funcionários da Novacap entraram em ação. Esperavam o sinal verde do oficial de Justiça para derrubar os barracos que, no dia anterior (segunda-feira), haviam sido desocupados pelos moradores sob pressão — em uma ação constrangedora para quem assistia e, obviamente, traumática para as 13 famílias com cerca de 40 crianças que moram no local há mais de 10 anos — algumas há 20.

ADIAMENTO

Como a autorização para derrubada não veio, os caminhões foram embora, despertando sorrisos naqueles rostos abatidos e ainda com marcas de choro. A explicação para a decisão veio de um advogado amigo das famílias, Djalma Nogueira, que se prontificou a ajudá-los. Ele conversou com o procurador-geral do GDF, Humberto de Barros, e conseguiu adiar a derrubada. Com isso, os invasores têm até a sexta-feira da próxima semana (dia 3) para deixar a área, darem rumo às suas vidas e ainda conseguirem manter as crianças nas escolas do Cruzeiro, e, mais ainda, continuarem no emprego — a grande maioria trabalha nas proximidades do Cruzeiro.

Se para essas famílias o futuro é imprevisível — a lembrança do dia anterior é um ponto negro em suas vidas, já marcadas por grandes dificuldades econômicas. Eles garantem que não esperavam que a

derrubada aconteceria de forma tão "grosseira". Acordaram bem cedo, as crianças foram para a escola, alguns para o trabalho. O oficial de Justiça chegou e, com ordem legal na mão, esqueceu que ali havia pessoas sem ter aonde ir.

"Os homens não deixaram nem a gente terminar de fazer o almoço. Mandaram a gente desocupar tudo e todo mundo ficou com fome, até as crianças", lamentava, ainda nervosa, Maristela Bezerra da Silva, mãe de 3 filhos, e moradora da invasão há 10 anos. Maristela é representante dos favelados e conta que eles receberam visita de um oficial de Justiça há 8 meses, dando prazo de três dias para abandonarem seus barracos. Segundo ela, ninguém assinou nada, ou recebeu qualquer documento assinado.

"Fomos ao secretário Benedito Domingos e ele disse que pediria ao Governo um tempo para que desse uma solução para o nosso caso. Como depois disso não recebemos mais nada, ficamos tranqüilos", lembra a representante dos moradores.

Depois da saída dos caminhões, ela foi junto com o advogado tentar uma audiência com o chefe do Gabinete Civil, Guy de Almeida, de quem recebeu a pro-

F. GUALBERTO



Mobilização de moradores impediu a derrubada

Guy recebe projeto

O chefe do Gabinete Civil, Guy de Almeida, recebeu da Comissão de Posseiros Urbanos do Cruzeiro e Periferia um plano de assentamento de famílias carentes do DF na região do chapadão, entre Sobradinho e Brazlândia. O objetivo da comissão é tentar solucionar a falta de moradia na cidade". Se a criação de um condomínio familiar na área do chapadão obtiver o aval do GDF, milhares de casas serão construídas em forma de mutirão e consequentemente um dos grandes conflitos sociais da capital começará a ser resolvido", afirmou o presidente da comissão, Levino Pereira.

O sistema de condomínio familiar, desenvolvido pela comissão, divide-se em vários conjuntos habitacionais formados por seis famílias cada. Além disso, terá um espaço de terra fixado para a produção agrícola da comunidade. Seguindo o critério de ocupação prioritário, as famílias mais antigas na cidade receberão as casas primeiro. A comissão planejou uma forma de arren-

damento ao morador, que poderá renovar a cada três anos sua concessão.

Cada família não poderá ter mais de uma casa e o morador que se desligar do sistema terá como único direito às benfeitorias realizadas, à exceção do imóvel. Para o funcionamento eficaz do plano, cada conjunto habitacional elegerá um síndico que fará parte de um conselho administrativo. Esse conselho ficará responsável pelo ingresso ou saída de qualquer família no projeto e também contará com a participação de representantes do Governo.

Em relação ao sistema de transporte, a comissão diz que não há problemas para a viabilização, dada a proximidade de Sobradinho, Planaltina e Brazlândia: "A implantação do sistema de integração resolveria o problema", ressaltou Levino. A questão da saúde exigirá do Governo a criação de postos de atendimento além da celebração de contratos e convênios com entidades públicas e privadas que reforçariam a assistência médica local.

Esperança frustrada

Ela é uma pioneira. Do tipo que deixou o sertão do Ceará e veio para a então Capital da Esperança há 20 anos, atrás dos filhos mais velhos e em busca de uma vida melhor. Hoje, com o peso da idade — já passou dos 70 — Anísia de Lima lembra que nunca havia vivido um choque tão grande como na segunda-feira, quando foi obrigada a esvaziar o barraco, pedir o favor de uma amiga para depositar os pertences no quintal, e ainda conviver com os netos chorando de fome.

Pobreza, ela diz, já passou "muita na vida". Fome, não, e muito menos a experiência de ser jogada ao relento — na rua. Sem ter para onde ir — como todas as 13 famílias que ainda moram na invasão da Adepol, Anísia só sabe que vai seguir os filhos. Ela mora com os três filhos e sete netos no barraco que agora está completamente vazio. "Dormimos no chão na noite passada, mas nossas coisas estão na casa de uma amiga".